

De onde vim? Para onde vou? O terceiro setor em João Pessoa/PB

Where did I come from? Where am I going to? Third sector in João Pessoa/PB

RESUMO

Dado o crescimento do terceiro setor, seu papel econômico e social frente às mazelas da sociedade moderna, conhecer suas origens e fatores que influenciam no seu desenvolvimento parece ser necessário. Assim, este artigo objetiva identificar os fatores que estimularam o surgimento de Organizações sem Fins Lucrativos (OSFLs) de João Pessoa-PB à luz da Teoria dos Bens Públicos, Teoria dos Empreendedores Sociais e Teoria da Interdependência. Para tanto, optou-se por uma pesquisa exploratória e descritiva, de análise qualitativa, utilizando como técnicas de coletas de dados a pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Os principais resultados apontam que a Teoria dos Bens Públicos e dos Empreendedores Sociais têm maior poder de explicação do surgimento das OSFL pesquisadas.

Palavras-Chave: Terceiro Setor; Organizações sem Fins Lucrativos; Teorias dos Bens Públicos; Teoria dos Empreendedores Sociais; Teoria da Interdependência.

ABSTRACT

Given the growth of the third sector, its economic and social role facing the ills of modern society, knowing its origins and factors that influence its development seems to be necessary. Thus, this article aims to identify the factors that stimulate the emergence of non-profit organizations (OSFLs) of João Pessoa-PB based in theory of public goods, theory of social entrepreneurs and theory of interdependence. For this, a exploratory and descriptive survey, qualitative analysis, using techniques of data collecting the documentary, bibliographical research and interstructured interviews was carried. Main results point out that theory of public goods and social entrepreneurs may be able to explain the emergence of the OSFL surveyed.

Keywords: Third Sector; Nonprofit Organizations; Theories of Public Goods; Theory of Social Entrepreneurs; Theory of Interdependence.

1. INTRODUÇÃO

O terceiro setor e o voluntariado tem despertando a atenção de políticos, de acadêmicos e demais profissionais interessados no seu crescente papel econômico e social (FERNANDES, 1994; MUSICK; WILSON, 2008; HUSTINX et al., 2015). Essa postura é consequência da percepção de que este setor, por meio do estímulo à participação cidadã, pode atenuar as sequelas da atualidade.

Caracterizado por Fernandes (1994) por ser não governamental, não lucrativo, independente e mobilizador da dimensão voluntária do comportamento das pessoas, o terceiro setor abrange um conjunto de organizações e iniciativas privadas autogeridas que visam à produção de bens e serviços públicos, que não geram lucros e respondem às necessidades coletivas. Carballal (2009) e Milligan e Fyfe (2005) corroboram que se trata de um setor pertinente ao desenvolvimento do estado de bem estar, atendendo as propostas de reforma social e política, propiciando oportunidades de participação social e envolvimento democrático a nível local, cruciais para o desenvolvimento da cidadania.

Especificamente no Brasil, o terceiro setor tem apresentado um crescimento contínuo, principalmente após os anos de 1970 (FERNANDES, 1994; COELHO, 2000; CAVALCANTE; 2016). Segundo IBGE (2004), entre o período de 1996 e 2002 o número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) cresceu 157%. Para o IPEA (2018), desde 2016, existem 820 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs) mapeadas no país. Segundo esta mesma fonte, o Nordeste apresenta 25% destas organizações, perdendo apenas para a região do sudeste (com 40% no ranking). Apesar desse crescimento, Fernandes (1994), Salamon e Anheier (1998), Smith, Stebbins e Grotz (2017) alertam sobre as dificuldades relacionadas ao acesso aos dados, à informalidade inerente, à confusão conceitual e a pouca quantidade e qualidade de referências e estudos.

Não obstante deve-se salientar que este período de crescimento coincide com a implementação do Plano de Reforma do Aparelho de Estado empreendida no ano de 1995, como consequência da crise fiscal e pressão popular por serviços públicos de qualidade, que trouxe um panorama de reformas que impactaram a relação Estado, Mercado e Sociedade. Segundo Peci et al (2008) esta reforma foi uma das primeiras referências a diagnosticar as mudanças na relação Estado, Mercado e Sociedade e propor novas estratégias de interação

com estes atores a partir do Estado. Nesse bojo de mudanças, e com o intuito de que nem tudo de interesse público deve ser executado exclusivamente pelo Estado, surgem as propostas de qualificar as organizações do Terceiros Setor para prestarem serviços de interesse público de forma mais ágil e simplificada.

Assim, surge a figura jurídica da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), qualificação dada às organizações do Terceiros Setor para que estas possam receber recursos públicos por meio de termo de parceria (Lei n. 9.790/99), de modo que não é necessário seguir a legislação de licitações, Lei no 8.666/93, assim, viabiliza uma nova estratégia de cooperação do Estado com o Terceiro Setor na execução de políticas públicas, porém trazendo o desafio da regulação e governança nestas relações.

Nesse contexto de mudança na relação Estado e Terceiro Setor, e crescimento deste último, apresenta forte potencial sobre a ordem social de uma sociedade, tanto no atendimento de necessidades sociais como servindo de instrumentos para reforçar a coesão social (HUSTINX et al., 2015). No Brasil, país caracterizado pela baixa participação social (AVRITZER, 2010; CARVALHO, 2016), as organizações do terceiro setor (especialmente àquelas de base voluntária) têm sido percebidas como opções de transformação social e participação cívica, apoiado por projetos de desenvolvimento, independente da orientação política assumida (MUSICK; WILSON, 2008). Segundo este autor, estas organizações e a atividade voluntária inerente incentivam atitudes cívicas ao tornar as pessoas mais conscientes da natureza estrutural dos problemas sociais e da necessidade de soluções políticas ao: encorajar a crença de que um contrato social está subjacente a uma vida social ordenada; possibilitar maior aprendizado sobre questões e políticas locais e; ensinar habilidades cívicas.

Diante desse potencial, se faz necessário melhorar a compreensão deste no sentido de apoiar e otimizar a atuação, o impacto e a gestão das organizações componentes. Reconhecer os aspectos que influenciam seu surgimento, poderá auxiliar os gestores OSFL nas suas funções, e em especial, o Estado, no auxílio da formatação de política públicas que mobilizem o crescimento deste setor, melhorando as parcerias público-privadas que impactem o bem-estar da sociedade.

Apesar dos autores deste estudo acreditarem que o de Terceiro Setor teria também esta finalidade, se reconhece que um outro grupo de autores tem uma postura menos favorável a esta leitura. Paula (1997), Vainer (2000) e Montañó (2002) tecem críticas às origens e funcionamento do Terceiro Setor.

Paula (1997) destaca que termos como Terceiro Setor e Organizações Não-Governamentais (ONGs) são neologismos originadas com o neoliberalismo e a existência deste setor seria baseada em ações dos governos das economias capitalistas centrais. Tais direcionamentos fomentariam a ideia de que os problemas sociais e econômicos deveriam ser resolvidos a partir da lógica do mercado e que o Estado deve regular minimamente estas instituições. Vainer (2000) crê que economia solidária é um oxímoro: uma tentativa de juntar coisas que se repelem - a economia e a solidariedade. Ainda que se vive em uma sociedade de mercado, portanto, avessa à solidariedade pregada pelo terceiro setor. Por fim, Montañó (2000) conclui que conceito teve origem em intelectuais do capital, como o empresário Rockefeller, nos EUA, e no Brasil, por funcionário de Fundação Roberto Marinho, contrários a uma sociedade de valores substantivos, esperados em um contexto ideal de Terceiro Setor.

Tal confusão conceitual aparente pode ser explicada por Salamon e Anheier (1998) e Smith, Stebbins e Grotz (2017). Para eles, este setor caracteriza-se pela dificuldade ao acesso a dados especialmente causada pela informalidade e ausência de estudos a nível local. Esta última característica é uma das justificativas para este estudo, sendo importante ao estímulo da participação cidadã em contextos locais, adotar formatos estrangeiros para a leitura de fenômenos locais conduz a ações errôneas, pois não há aproximação cultural com o contexto investigado.

Dessa forma, seis teorias são aceitas para o estudo das origens do setor: a dos Bens Públicos (WEISBROD, 1977); da Confiança (HANSMANN, 1980); dos Empreendedores Sociais (YOUNG, 1986; JAMES, 1987; ROSE-ACKERMAN, 1996); do Bem Estar Social (FLORA; HEIDENHEIMER, 1981; QUADAGNO, 1987; SALAMON; ANHEIER, 1998); da Interdependência (SALAMON; ANHEIER, 1998); e das Origens Sociais (SALAMON; ANHEIER, 1998).

Cada uma dessas teorias tentam explicar o surgimento do terceiro setor e elencam razões que influenciam o desenvolvimento de OSFL em todo o mundo. Porém, fato frequente nas Ciências Sociais, de forma isolada, nenhuma das teorias possui poder de explicação absoluto: em cada contexto o terceiro setor surge com características próprias, influenciada e motivada por fatores diferentes, não seguindo uma explicação universal.

Então os autores deste trabalho, por este motivo, excluíram a priori três das seis teorias apresentadas. Tem-se consciência das limitações da escolha de lupas conceituais para análise

do fenômeno. Por outro lado, tal decisão baseia-se na crença de que as teorias escolhidas conseguirão ter melhor desempenho na explicação do surgimento do terceiro setor no escopo estudado. Além desta crença, justificativas para cada teoria excluída são apresentadas.

Inicialmente, eliminou-se a Teoria do Bem Estar Social. Fato motivado pela inexistência do Estado de Bem Estar no Brasil (PIANA, 2009). Por consequência, rejeitou-se a Teoria das Origens Sociais também, por compreender que esta é uma espécie de aglutinação das outras cinco. E com a exclusão de uma delas, ela perde efeito. O mesmo ocorre no caso da Teoria da Confiança, já que o terceiro setor parece não ter relação de competitividade com o mercado aqui no Brasil, assim como também a maioria dos bens e serviços produzidos pelas OSFL foco desta pesquisa (vinte e seis delas), não apresentam vantagem competitiva considerável nem fonte de lucratividade (como serviços assistencialistas), além de colidir com questões de cunho ético e moral.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo analisar o surgimento das OSFL do município de João Pessoa a luz da Teoria dos Bens Públicos, Teoria dos Empreendedores Sociais e Teoria da Interdependência. Escolheu-se tal localidade por concentrar a maior parte dessas entidades no estado da Paraíba. Esta conclusão apoia-se em um mapeamento realizado pelo grupo de pesquisa responsável por esse estudo. Maiores detalhes sobre este mapeamento são apresentados na metodologia.

Além dessa parte introdutória, este artigo apresenta uma fundamentação teórica sobre as principais teorias de surgimento do terceiro setor, seguida de uma seção sobre detalhes dos procedimentos metodológicos efetivados. Posteriormente, são apresentados os resultados da pesquisa, assim como as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por ser consequência, principalmente, da participação dos cidadãos, o terceiro setor tem raízes subjetivas e diferenciadas a depender da localidade observada, conforme estudos de Salamon e Anheier (1998), Musick e Wilson (2008) e publicações como as de World Values Survey e Johns Hopkins University.

Como afirma Anheier (2005), cada uma das teorias de surgimento aponta possíveis causas da evolução das organizações sem fins lucrativos, possibilitando-nos assim elencar fatores para a melhor compreensão quanto às configurações atuais, bem como desenvolver

comportamento futuros que impactem de forma efetiva o bem estar social na sociedade. Os próximos tópicos descrevem as principais ideias de cada uma delas.

2.1 Teoria dos Bens Públicos

Essa é uma das teorias mais aceitas, na qual o surgimento do terceiro setor é explicado por princípios da teoria econômica clássica. Desenvolvida por Weisbrod (1977), a discussão abrange a ideia que as OSFL surgem atendendo uma demanda que o governo (primeiro setor), bem como o mercado (segundo setor) não são capazes de atender. Nesse caso, defende-se que as organizações sem fins lucrativos são mais ativas onde as preferências das populações são mais diversas ou onde as populações são mais heterogêneas (MATSUNAGA et al, 2010).

Segundo Salamon e Anheier (1998), o mercado falha e não consegue satisfazer por limitações na produção dos chamados “bens públicos” (caracterizados pela não exclusividade e não rivalidade). Segundo Anheier (2005), tais limitações são derivadas de vários fatores: assimetria de informação, confiança, externalidades, custos de transação, limitação de mercado e do sistema de voluntariado, dentre outros que incapacitam o mercado atuar.

Por outro lado, estas “falhas de mercado” justificariam a ação do governo. Porém, há também outros fatores: para Weisbrod (1977), nas democracias em que há grande diversidade de opiniões sobre quais bens públicos devem ser produzidos e ofertados, considera-se apenas a opinião e a demanda do “eleitor médio”, ficando os demais nichos de solicitações sem serem satisfeitos. Nessa perspectiva, Almeida (2011), Matsunaga et al (2010), Ben-ner e Hoomissen (1991) afirmam que quanto mais heterogênea for a população, maior será o número de OSFL.

Assim, a heterogeneidade da população (em variedade e amplitude de solicitações), a ineficiência, a desconfiança no governo e no mercado, a propensão à caridade e à doação, o custo do produto solicitado, a inacessibilidade, dentre outros podem gerar várias demandas por bens públicos ou quase-públicos (caracterizados pela ausência da não-exclusividade ou da não-rivalidade) em que impossibilitem o governo de atuar na gama de necessidades existentes (WEISBROD, 1977; SALAMON; ANHEIER, 1998; ANHEIER, 2005). Além da Teoria dos Bens Públicos, como alternativa de explicação acerca da origem do terceiro setor, tem-se a Teoria dos Empreendedores Sociais, apresentada a seguir.

2.2 Teoria dos Empreendedores Sociais

A Teoria dos Empreendedores Sociais vem sendo discutida a partir dos anos 80 e 90, tendo como precursores Young (1986), James (1987) e Rose-Ackerman (1996). Estes defendem o desenvolvimento do terceiro setor por meio das iniciativas de empreendedores sociais (SALAMON; ANHEIER, 1998; MELO NETO; FROES, 2002; FERREIRA, 2012).

Os empreendedores sociais destacam-se por características particulares: capacidade de identificar novas oportunidades para geração de valores sociais, a criatividade para a geração de mudanças sustentáveis, a persistência diante dos escassos recursos, a transparência dos seus resultados diante do setor público e seus parceiros (DESS, 1998; MAIR; MARTI, 2006; MILLER et. al., 2012). Melo Neto e Froes (2002) corroboram que esses empreendedores emergem diante de injustiças sociais e de contextos desfavoráveis, de modo que não se contentam com o conformismo, mas por meio de ideias transformadoras e de atitudes práticas ajudam no desenvolvimento da sociedade em que estão inseridos.

Segundo James (1987), as ONG's originadas por empreendedores sociais concentram-se na educação, saúde e assistências sociais, segmentos geralmente relacionados a questões religiosas e que podem ter diante da sociedade maior confiança, serviços de baixos custos, além de maiores possibilidades quanto o recebimento de doações. Dessa forma, têm-se a hipótese dessa teoria está associada a organizações de bases religiosas, pois, os fundadores podem estar motivados a uma competição religiosa, buscando como objetivo atrair adeptos às suas próprias causas (JAMES, 1987; SALAMON; ANHEIER, 1998).

Além da Teoria dos Empreendedores Social, a Teoria da Interdependência pode explicar as OSFL no Brasil e, especificamente, em João Pessoa-PB.

2.3 Teoria da Interdependência

A Teoria da Interdependência expõe uma relação cooperativa entre o primeiro e o terceiro setor, a partir de vários tipos de parcerias (local, estratégica e multisetorial) via políticas públicas. Salamon (1995), principal defensor dessa teoria, afirma que o Estado e as OSFL estão envolvidos principalmente em uma parceria ou em uma relação contratual em que o primeiro financia serviços públicos e o segundo entrega-os.

A interdependência vincula-se tanto aos governos que podem, ao longo do tempo,

tornar-se dependentes das OSFL para fornecer serviços que atendam a direitos e para prosseguir uma agenda de política social que alinha-se com metas públicas e com prioridades; como as OSFL que são beneficiárias de financiamento público que confiam nesses fundos e, talvez se tornem dependente desta fonte de receita para cumprir sua missão e manter seu escopo de atividade (LECY; SLYKE, 2012).

Muitas são as vantagens produzidas por essa relação. As OSFL podem ser mais ágeis do que o poder executivo, estão mais perto da demanda e do público a ser atendido, possuem potencial de mobilização política e maior capacidade de desenvolver competências, estruturas e experiências que os governos podem usar nas suas próprias atividades (SALAMON; ANHEIER, 1998; ALVES 2002).

No entanto, as OSFL também apresentam desvantagens significativas (“*voluntary failure*”) que limitam sua capacidade exclusiva de responder a problemas públicos, principalmente no que tange a geração de recursos que sustentam duas atividades e as formas paternalistas de gestão que as impedem de empreender políticas sociais mais abrangentes (SALAMON, 1995; ANHEIER, 2005). De qualquer modo, o processo de aproximação entre os dois setores já vem ocorrendo em alguns países, investigações realizadas por Salamon e Anheier (1998), Young (2000), Lecy e Slyke (2012) tentam verificar essa interdependência.

O Quadro 1 apresenta as três teorias utilizadas no presente trabalho e seus elementos principais.

Quadro 1: Teorias e seus elementos principais

Teorias	Elementos principais	Autores
Teoria dos Bens Públicos	Heterogeneidade da população e, consequentemente preferências diversas; Desconfiança no Estado e no mercado.	Matsunaga et al (2010); Weisbrod (1977),
Teoria dos Empreendedores Sociais	Desenvolvimento do terceiro setor por meio de iniciativas de empreendedores sociais; Principais áreas de atuação: educação, saúde e assistências	Salamon e Anheier (1998); Ferreira (2012)

	sociais.	
Teoria da Interdependência	Parceria entre Estado e as organizações do terceiro setor, o primeiro financia e o segundo entrega o serviço à população.	Salamon (1995), Salamon e Anheier (1998)

Fonte: Elaboração Própria

Em relação a essas três teorias, observa-se a importância de estudá-las e identificá-las em um determinado contexto para compreendermos as configurações atuais de uma localidade.

Após a exposição das três teorias utilizadas para analisar a origem das OSFL da cidade de João Pessoa-PB, passa-se aos procedimentos metodológicos adotados para o alcance desse objetivo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva-exploratória (YIN,2016), por buscar informações sobre as OSFL e seu contexto, descrevendo-as e realizando relações entre as variáveis de estudo e os resultados encontrados. Para tanto, como universo de investigação, escolheu-se as OSFL localizadas em João Pessoa-PB, tanto por acessibilidade aos dados, como por se tratar da cidade que contempla a maior concentração de voluntariado do Estado (aproximadamente 53% dos voluntários na Paraíba estão em João Pessoa, segundo mapeamento realizado).

Nesse sentido, utilizou-se informações do mapeamento realizado em conjunto com integrantes do Grupo de Estudo do Terceiro Setor (GETS), vinculado à Universidade Federal da Paraíba, com o objetivo de identificar ONGs no Estado da Paraíba, baseado em informações retiradas no site ONG Brasil, em listas e arquivos de prefeituras e secretarias do Estado e em ligações realizadas junto às ONGs identificadas. Este mapeamento, assim como este artigo, são atividades vinculadas à um projeto de pesquisa maior do grupo, necessários

para compreender melhor a dinâmica das ONGs, assim como o terceiro setor no Estado da Paraíba.

Para tal mapeamento, utilizou-se critérios que identificassem a unidade de análise (diante da falta de consenso conceitual) (HENRY, 2009). Dessa forma, optou-se por características usadas por Salamon e Anheier (1998): (1) organizadas ou institucionalizadas em certa medida; (2) não-governamentais; (3) sem-fins lucrativos; (4) auto-governadas; (5) envolvesse trabalho voluntário; (6) não-religiosas¹ e; (7) apolítica, que não se envolvem na promoção de candidatos a cargos políticos.

Nesse sentido, identificou-se trinta e cinco OSFL na cidade de João Pessoa, das quais vinte e nove organizações foram investigadas, diante do critério de conveniência de coleta de dados (HENRY, 2009). A seleção abrangeu todos os oito segmentos de atuação que surgiram no mapeamento, classificados com base na atividade principal desenvolvida (vide Quadro 2).

Quadro 2 - Quantidade das OSFL pesquisadas por segmento de atuação

Segmento de Atuação	Quantidade de OSFL	Nomenclatura de Identificação
1. Assistência Social	08	AS
2. Cultura	02	CT
3. Defesa dos Direitos da Mulher	04	DDM
4. Defesa dos Direitos LGBTs	05	DDL
5. Desenvolvimento e Defesa de Direitos	01	DDD
6. Educação	04	ED
7. Saúde	04	SA
8. Esporte	01	EP

Fonte: Elaboração Própria

Em relação aos dados da investigação, utilizaram-se tanto do tipo primário, ou seja, dados que ainda estavam em posse dos pesquisados, sendo assim coletados com a finalidade de atender um objetivo específico da pesquisa, bem como utilizou-se dados secundários, nos quais correspondem a dados já coletados, tabulados e catalogados (MATTAR, et al. 2014). Quanto aos dados primários, estes foram coletados a partir de um roteiro semi-estruturado com 5 perguntas (apêndice A), sendo as mesmas aplicadas aos representantes de 29 OSFL, conforme demonstra o Quadro 2. Enquanto que os dados secundários foram advindos de sites,

blogs e documentos informativos como relatórios e publicações do IBGE (2004, 2010, 2012, 2014, 2017) e do IPEA (2007); assim como em artigos e publicações científicas como de Abraão (2005); Braz (2009); Quadros e Maia (2010); Pereira (2014); Afonso e Gobetti (2015) e Carvalho (2016).

No que tange a formação das variáveis de pesquisa, a análise dos dados seguiu o seguinte percurso: (1) análise a nível individual de cada OSFL agrupadas por segmento de atuação; (2) análise contextual sobre o município de João Pessoa. O Quadro 3 apresenta as teorias, suas variáveis, seus principais autores e seus níveis de análise.

Quadro 3: Variáveis da Pesquisa

Teoria	Variável	Autor	Nível de análise
Bens Públicos	Heterogeneidade da população	Weisbrod (1977); Salamon e Anheier (1996); Anheier (2005); James (1987); Corbin (1999); Ben-ner e Van Hoomissen (1991)	Análise contextual
	Características do Público-Alvo	Weisbrod (1977); Salamon e Anheier (1998); Anheier (2005)	Análise Individual
	Bens e Serviços ofertados	Weisbrod (1977); Salamon e Anheier (1998); Anheier (2005)	Análise Individual
Empreendedores Sociais	Perfil do fundador	Young (1986); Salamon e Anheier (1998)	Análise Individual
	Bases religiosas	James (1987); Salamon e Anheier (1998)	Análise Individual
	Motivações ideológicas	Rose-Ackerman (1996); Salamon e Anheier (1998)	Análise Individual
	Heterogeneidade da população	James (1989); Salamon e Anheier (1998)	Análise contextual
Interdependência	Fonte de receita de OSFL	Lecy e Slyke (2012); Salamon e Anheier (1998)	Análise Individual
	Crescimento dos Gastos Sociais	Salamon e Anheier (1998)	Análise contextual
	Crescimento e Tamanho Terceiro setor	Salamon e Anheier (1998)	Análise contextual
	Estrutura política	Young (2000); Salamon e Anheier (1998)	Análise contextual
	Heterogeneidade da	Young (2000)	Análise contextual

	população		
--	-----------	--	--

Fonte: Elaboração Própria

Nesse entendimento, a análise dos dados foi qualitativa, realizada a partir de uma triangulação das diferentes fontes de dados (primários e secundários), sendo este método apresentado por Flick (2009) como uma combinação de perspectivas e métodos de pesquisa adequados, nos quais são apropriados para considerar o máximo possível de aspectos distintos de um mesmo problema. Nesse sentido, as interpretações disponibilizadas pela análise dos discursos dos entrevistados foram combinados com as informações retiradas dos sites, dos blogs e das redes sociais das ONGs e outros dados derivados da pesquisa documental. Segue a apresentação e a análise dos dados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Teoria dos Bens Públicos

A Teoria dos Bens Públicos defende que quanto mais elevado o nível de heterogeneidade de uma população, maior será a demanda por atividades sociais, e, assim, maior a oportunidade para OSFLs surgirem (SALAMON; ANHEIER, 1998; ANHEIER, 2005; ALMEIDA, 2011).

Verificando se as organizações estudadas atendiam demandas derivadas da heterogeneidade da população, aquém das necessidades do perfil do eleitor médio, observou-se o público-alvo e os produtos e/ou serviços ofertados. No segmento da assistência social, observou-se que do total de oito OSFL, seis estão inseridas na Teoria dos Bens públicos (AS1, AS3, AS4, AS5, AS6, AS7), conforme dados sistematizados no Quadro 4.

Quadro 4: Públicos-alvo e bens ofertados pelas OSFL de Assistência Social

Segmento de Atuação	OSFL	Público-Alvo	Bens e Serviços ofertados
Assistência Social (AS)	AS1	Idosos	Cuidados gerais para com as vidas dos idosos.
	AS3	Crianças e adolescentes em situação de risco ou moradores	Assistências sociais e atividades educacionais.

		de rua do Roger.	
	AS4	Populações/ famílias em situação de vulnerabilidade social, privilegiando crianças, adolescentes, jovens e mulheres.	Educação, formação e inserção profissional.
	AS5	Trabalhadores rurais	Acompanham e assessoram os trabalhadores rurais em suas lutas e organizações: conflitos de terra, assalariados rurais, conflitos de barragens e o novo sindicalismo.
	AS6	Mulheres	Assistência Social para mulheres
	AS7	Pessoas com deficiência intelectual.	Prestam serviços na área de saúde e educação: Tendo como objetivo minimizar as dificuldades emocionais, psicomotoras, cognitivas, sociais e de linguagem, reabilitando e/ou habilitando a pessoa com deficiência em suas atividades de vida diária.

Fonte: Elaboração Própria

O Quadro 4 aponta que o público-alvo das organizações e os serviços prestados centram-se no atendimento das necessidades de indivíduos em situação de vulnerabilidade, principalmente crianças, jovens e mulheres, trabalhadores rurais e pessoas com deficiências físicas e intelectuais. Considerando tais públicos-alvo, observa-se que as entidades foram originadas da heterogeneidade do seu contexto, e conseqüentemente, da falha do Estado e/ou mercado em atender suas especificidades.

No segmento de cultura, uma das duas OSFL apresenta relação com essa teoria, conforme observado no Quadro 5.

Quadro 5: Públicos-alvo e bens ofertados pelas OSFL de Cultura

Segmento de Atuação	OSFL	Público-Alvo	Bens e Serviços ofertados
Cultura (CT)	CT2	Grupo de forrozeiros e músicos	Oficinas de acordeon, oficinas de percussão (pandeiro), confecção de zabumba, confecção de rabeca, oficinas de capacitação para editais culturais, além da promoção de Seminários, Palestras, Fórum de debates político-culturais.

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com história da origem da entidade CT2, observou-se que a mesma originou-se da necessidade de grupos compostos por tocadores de forró (estilo musical) de buscar trabalho e capacitação profissional, nos quais visavam o alcance de uma cadeia produtiva da música, bem como um meio de viabilizar propostas para difusão e divulgação da música e cultura nordestina. Assim, acredita-se que a CT2 tem o seu surgimento baseado na Teoria dos Bens Públicos, compreendendo que a heterogeneidade de uma população gera demandas com alto grau de especificidade, impossibilitando o alcance do Estado e do Mercado para o seu atendimento (WEISBROD, 1977; SALAMON; ANHEIER, 1998; ANHEIER, 2005; ALMEIDA, 2011).

No setor da Defesa dos Direitos das Mulheres, bem como nas cinco entidades que militam na Defesa dos Direitos LGBT'S, observa-se a defesa das causas das minorias (ver Quadro 6).

Quadro 6: Públicos-alvo e bens ofertados pelas OSFL de Defesa e Direitos das Mulheres e LGBT

Segmento de Atuação	OSFL	Público-Alvo	Bens e Serviços ofertados
Defesa e Direitos da Mulher (DDM)	DDM1; DDM2; DDM3; DDM4	Mulheres	Promovem a igualdade de gênero, tendo como referências a defesa dos direitos humanos, o feminismo, a justiça social e a democracia.
Defesa e Direitos LGBT (DDL)	DDL1 DDL2; DDL3; DDL4; DDL5;	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis	Realizam encontros locais, municipais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais para combater ao machismo, racismo, patriarcalismo, e toda forma de dominação sobre os seres humanos.

Fonte: Elaboração Própria

Os dados apresentados no Quadro 6 demonstram que, embora os segmentos diferenciam-se quanto ao público-alvo, ambos apresentam suas origens baseadas nas mesmas motivações: atender as necessidades de um determinado grupo cujo Estado ou Mercado não suprem inteiramente, alinhado aos pressupostos da Teoria dos Bens Públicos (WEISBROD, 1977; CORBIN, 1999; MATSUNAGA et al., 2010).

Quanto o segmento da Educação, identificou-se que as organizações ED1, ED2 e ED3 apresentaram os seus públicos-alvo como as causas principais dos seus surgimentos assim como demonstra o Quadro 7.

Quadro 7: Públicos-alvo e bens ofertados pelas OSFL pesquisadas - Educação

Segmento de Atuação	OSFL	Público-Alvo	Bens e Serviços ofertados
Educação (ED)	ED1	Deficientes Visuais	-Orientação e transcrição para o Braille; -Biblioteca com acervo em Braille; -Reforço Escolar (leitura e escrita em Braille); -Estimulação para crianças menores de 04 anos; -Reabilitação Visual para pessoas com baixa visão; -Atendimento Médico, Odontológico, Psicológico e Assistência Social aos usuários.
	ED2	Crianças com Deficiências	Utilizam os cavalos para ajudar no desenvolvimento psicológico e motor dos beneficiados. A terapia é indicada para crianças e jovens com problemas motores, neurológicos, de aprendizagem e de comportamento.
	ED3	Crianças, principalmente as negras, praticantes de religiões de matrizes africanas, e as que vivam em situação de vulnerabilidade social.	Buscam através da Cultura, do Esporte e da Educação a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e humana.

Fonte: Elaboração Própria

No Quadro 7, observa-se que embora a Educação (assim como a saúde), enquadram-se como serviços nos quais o Estado possui a responsabilidade constitucional de ofertar, os públicos-alvo para quem estas OSFL centram suas atividades caracterizam-se por demandas específicas, tais como crianças em vulnerabilidade social, com deficiências em geral. Assume-se, portanto, que as OSFL (ED1, ED2 e ED3) originam-se em concordância com a Teoria dos Bens Públicos, pois a elevada heterogeneidade de uma população gera variedades de necessidades nas quais requer da sociedade civil um envolvimento direto para seu suprimento (CORBIN, 1999).

Além das variáveis de pesquisa analisadas no nível individual, observa-se que, em nível contextual pode-se assumir a heterogeneidade da população de João Pessoa, no que tange a diversidade demográfica, religiosa, política, étnica, racial, cultural dentre outras. Detalhes sobre este fenômeno comprovam-se em IBGE (2017). Schwarcz (1994), Monteiro (2005), Quadros e Maia (2010) e Pereira (2014) reforçam essa postura ao concluir que o Brasil é considerado um país com população heterogênea, tanto no que tange a sua ascendência, como em aspectos socioculturais e econômicos.

As minorias parecem carecer de maior suporte do terceiro setor, já que estão fora do perfil do eleitor médio pessoense, que aparenta ser caracterizado, conforme os dados do IBGE

(2010), como sendo mulher, adulta, parda ou branca, católica, alfabetizada em nível educacional baixo e de classe média.

Analisando as OSFL individualmente, observou-se que os segmentos de atuação como os de Assistência Social, Cultura, Defesa da Mulher (preferencialmente negra), Defesa dos Direitos LGBT e Educação focam grupos marginalizados, fora das demandas do eleitor médio de João Pessoa, parecendo a Teoria dos Bens Públicos influenciar o surgimento dessas OSFL em João Pessoa, numa perspectiva conjuntural.

Essa variável de pesquisa também se relaciona com as demais teorias testadas (próximas seções de análise). Mas de forma geral, em relação à Teoria dos Empreendedores Sociais (posteriormente analisada), a heterogeneidade da população possibilita campos de atuação que motivem esses agentes a empreenderem ações e iniciativas sociais. E no que tange à Teoria da Interdependência, a heterogeneidade também instiga o governo a descentralizar suas ações sociais para as OSFL mais próximas à população marginalizada.

Diante do exposto, tanto pela perspectiva da análise individual como contextual, a Teoria dos Bens Públicos aparenta influenciar fortemente a origem das OSFL em João Pessoa, tendo em vista que 18 das 29 organizações analisadas possuem suas atividades atreladas às demandas diversificadas da população, principalmente as vinculadas aos segmentos de assistência social, cultura, defesa de direitos de mulheres e do grupo LGBT, além das de Educação. Seguem as demais análises.

4.2 Teoria dos Empreendedores Sociais

A Teoria dos Empreendedores Sociais defende o surgimento do terceiro setor por meio das iniciativas de empreendedores sociais que almejam estabelecer-se como agentes de transformação dentro a sua sociedade, ofertando serviços que atendam às necessidades da população (YOUNG, 1986; JAMES, 1987; ROSE-ACKERMAN; 1996; SALAMON; ANHEIER, 1998). Nesta perspectiva, em uma análise individual, considerou-se como variáveis de pesquisa: o perfil dos fundadores, as motivações religiosas e ideológicas. Os segmentos que apresentaram em sua origem a figura do empreendedor social são: Assistência Social, Desenvolvimento e Defesa dos Direitos, Educação, Saúde e Esporte.

Para a análise do perfil do fundador e suas motivações dentro as OSFL atuantes na Assistência Social destaca-se os seguintes relatos:

“A casa é simples... a missão é nobre: Cuidar de quem já viveu décadas, não tem mais ninguém por perto e nem para onde ir. A ASI foi fundada há 43 anos por uma Freira que trabalhou nesta causa até morrer (...). O lema da organização: Persistência e Fé.” (Reportagem-ASI).

“Cinco alunos do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, reunidos em um grupo de estudos, pesquisavam a obra de Fritjof Capra. Foi assim que, compreendendo melhor a visão sistêmica da vida, puderam iniciar algumas ações sociais, mobilizando outros alunos e profissionais em torno de um projeto de melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro” (Site- AS2).

“Em 1985, os religiosos de [uma instituição católica] fundaram a AS3 para abrigar crianças e adolescentes que viviam nas ruas” (Site- AS3).

“A AS6 foi fundada porque eu sempre desejei defender os direitos e reivindicações das mulheres em relação ao trabalho e à cidadania, buscando elevar o nível de consciência e atuação política das mulheres para que elas participem na defesa de seus direitos enquanto mulheres, cidadãs e trabalhadoras. Então, eu busquei desenvolver também trabalho de educação sindical, (...) para assim, fortalecer a organização e a consciência cidadã”. (Entrevista- AS6)

“Como idealizador da OSFL, no início da minha liderança, fui surpreendido por um problema inesperado naquela localidade: as drogas. Então, precisávamos fazer algo para ajudar os dependentes químicos do nosso Estado (...). Decidimos construir um Centro de Reabilitação...” (Entrevista- AS8).

Verifica-se a existência de empreendedores sociais que identificando problemas em sua sociedade, sendo movidos por ideologias pessoais ou religiosas, mobilizaram pessoas e recursos para gerarem melhorias para seu contexto. Vale salientar que a teoria em questão se faz predominante no contexto da Assistência Social, já que em cinco (AS1, AS2, AS3, AS6, AS8) das oito OSFL possuem em sua origem vinculadas ao empreendedorismo social.

Em relação à única organização de Desenvolvimento e Defesa de Direitos, esta realiza o trabalho de assessoria técnica (jurídica) popular aos movimentos sociais que atuam no campo e na cidade. Assim, volta-se para demandas do público geral da cidade, originando-se a partir de um projeto de extensão em uma universidade paraibana, diante de uma conjuntura com forte discussão para a redemocratização de direitos, que posteriormente se configurou em uma formatação coletiva do escritório de assessoria jurídica popular, conforme o relato:

“A partir do projeto de extensão da universidade, os membros foram envolvidos de uma grande motivação para continuar os trabalhos efetivados, e assim, uma ação coletiva deu origem a esta ONG. E, até hoje os fundadores estão liderando a organização” (Site- DDD1).

Diante do discurso, acredita-se que esta OSFL enquadra-se na Teoria dos

Empreendedores Sociais, respaldado na ideia de James (1987) ao afirmar que o surgimento das OSFL além de ser causada pela demanda não satisfeita de bens públicos deixados por falhas do mercado e do Estado, é necessária a presença de pessoas (os empreendedores sociais) com um incentivo para criar e liderar organizações que atendam essas demandas.

Vale salientar que não se trata de um caso decorrente de competição religiosa e ideológicas. Nessa OSFL, o vínculo foi maior com membros de organizações de educação (universidades) do que com entidades religiosas. Pode-se então induzir outro tipo de competição, existente no meio educacional, no qual professores viabilizam projetos de pesquisa e extensão e precisam de pessoas empreendedoras, sem motivação lucrativa para viabilizar estudos e, posteriormente e conseqüentemente, ações sociais nas localidades que se transformam em OSFL? É um aspecto a se refletir nos futuros estudos dessa teoria, assim como na Teoria da Interdependência, já que os recursos educacionais repassados pelo governo para financiar a pesquisa e a extensão podem se transformar em futuras organizações sociais da sociedade civil, como aconteceu nesse caso.

No que tange o segmento da Educação, das quatro OSFL mapeadas, duas delas demonstram se originar a partir da Teoria dos Empreendedores Sociais:

“A fundadora da ED1 dedicou sua vida à educação e a inclusão do deficiente visual. Fundou a OSFL, instituição que administrou por um longo tempo (...). Ela aprendeu o Sistema Braille, escreveu os primeiros livros para alunos cegos e ajudou a inserir na sociedade dezenas de deficientes visuais” (Site-ED1).

“A história da ONG teve início quando eu ainda estava no ensino médio porque foi quando comecei a observar a grande diferença existente entre as escolas de ensino público e privado e a dificuldade do aprendizado entre os menos favorecidos. Então, eu expus para os meus colegas a ideia da criação de uma organização educacional, mas eles não demonstram vontade para a execução (...). Alguns anos depois, quando estava na faculdade encontrei dois amigos que compartilhavam do mesmo sentimento de ajudar as crianças, que na nossa visão estavam prejudicadas com o sistema de ensino no Brasil (...).” (Entrevista-ED 4).

De acordo com os discursos em destaque, observa-se que ED1 e ED4 contaram com a iniciativa de empreendedores sociais que são fortemente lembrados e integralizados ao histórico das instituições. Porém, de forma geral, o público-alvo de ambas foca minorias que estão aquém das demandas do eleitor médio, que constantemente não apresentam suas necessidades sociais adequadamente satisfeitas pelas políticas públicas ou não são amparadas pelo mercado. Segundo Almeida (2011), as OSFL, nesse caso, surgem em consequência da insatisfação de determinados grupos de indivíduos cujas procuras não foram atendidas, sendo

as organizações do terceiro setor derivadas da diversidade de preferências da população.

No segmento de saúde foram também quatro organizações mapeadas. Em duas delas (SA1 e SA3) aparentam alinhar-se com a teoria dos empreendedores sociais, embora todas apresentem em seu nome de fantasia e razão social sujeitos percebidos como esses empreendedores. Seguem os relatos:

“Tudo isso foi idealizado pelo jovem cardiologista que iniciou o projeto acreditando na ética e na consciência de que se deve buscar sempre servir o próximo com amor, valorizando a ética e o trabalho. Lutar pelos sonhos e ajudar a transformá-los em realidades coletivas (...). A história da organização baseia-se na história de vida do fundador com quase um século de duração, e o seu compromisso de transformar a dor em amor e buscar no servir alento para as nossas Doces Saudades” (Site-SA1).

“Em sua opção pelos pobres, o padre fundou um abrigo, que viria a ser a OSFL SA3, onde acolhia aqueles mais necessitados. E, vendo que boa parte dos abrigados também precisavam de tratamento médico, juntamente com um acadêmico de medicina, criaram a Casa de Apoio, para prestar-lhes tal atendimento...” (Site- SA3).

A partir das passagens em destaque, verifica-se que a figura de fundadores com perfil de empreendedores sociais foi significativa para a criação das OSFL SA1 e SA3. Identifica-se ainda que o fundador da SA1 foi movido por fortes motivações ideológicas, e os fundadores da SA3 por motivações religiosas.

Por fim, no segmento de esporte, apenas uma OSFL foi mapeada, surgindo a partir da organização de um grupo de pessoas que realizavam a prática de skate e que sentia dificuldades para exercê-lo em João Pessoa. A formatação de OSFL foi pertinente para reivindicar melhorias de infraestrutura pública necessária para a prática do esporte, assim como para fomentar uma maior participação da população interessada no esporte, a partir da organização de torneios e circuitos públicos, dentre outras atividades. Nesse caso, acredita-se que a OSFL tem sua origem na teoria dos empreendedores sociais. Reforçando essa relação, a referida organização atualmente está com suas atividades paralisadas a partir deste mês de janeiro, diante da saída do grupo de fundadores da diretoria sem haver outros membros interessados em assumir a condução da organização.

Conforme os dados apresentados, a Teoria dos Empreendedores Sociais também aparenta influenciar moderadamente a origem das OSFL em João Pessoa, em virtude de onze das vinte e nove organizações pesquisadas contaram com a iniciativa de empreendedor(es) social(is) para originar a entidade. Os campos de atuação com maior influência desses agentes foram: assistência social, desenvolvimento e defesa de direitos, educação, saúde e esporte. É

válido salientar que o surgimento de algumas organizações investigadas tanto tiveram vínculos com os pressupostos da Teoria dos Bens Públicos como dos Empreendedores Sociais. Seguem as demais análises.

4.3 Teoria da Interdependência

A Teoria da Interdependência percebe a relação colaborativa entre o terceiro setor com o Estado, em que geralmente há políticas públicas de fomento para serviços com demanda social de interesse para o governo (ALMEIDA, 2010). Logo, na análise individual dos dados, considerou-se as fontes de recursos e a relação das OSFL com o governo.

Os dados retratam que apenas duas do total das OSFL pesquisadas não sinalizaram a realização de forma direta de algum tipo de parceria (mesmo que atualmente não estejam vinculadas a algum edital) com o Estado como fonte de recursos para manutenção de suas atividades. Dentre os dados que comprovam esse vínculo, tem-se:

“A receita é constituída de doações de pessoas físicas, jurídicas, agências internacionais de cooperação, subvenções de órgãos públicos municipais, federais e estaduais” (Balanço Patrimonial 2015 – AS3).

“Nasce de maneira privada (na igreja) e passa a ter parceria pública municipal” (Entrevista – CT1)”.

“Tanto temos doações privadas como parceria com o Estado, mas pra você ver, estamos sem pagar o aluguel por mais de 1 ano, pois não conseguimos parceria” (Entrevista – DDM3).

“Estamos inseridos nas secretarias de saúde e educação que dialogam com órgãos municipais e estaduais para implementação de políticas públicas voltadas para os direitos dos gays e os mesmos cobram do governo o percentual de editais voltados para essas necessidades para que eles concorram e possam implantar as ações das conferências” (Entrevista – DDL2).

Parceria com o governo estadual para projetos como o ‘Construindo Saberes nos Caminhos da Socioeducação no Estado da Paraíba’ (Blog -DDD1).

“(…) captação de recursos através de doações de pessoas que conhecem a ONG (...). Atualmente a ONG está com sua regulamentação financeira atrasada, devido a não prestação de contas do imposto de renda, dos seus últimos cinco anos, tendo que pagar multa e não podendo participar de captação de projetos e editais privado-Público” (Entrevista –ED4).

“Essas atividades podem ser realizadas através de acordos e convênios com empresas, pessoas físicas ou jurídicas, de Direito Público ou Privado (...). Assim, o instituto está sempre estabelecendo ligações entre pessoas e/ou instituições dispostas a contribuir com recursos humanos, tecnológicos, materiais ou financeiros, investindo na saúde, pesquisa e educação, como prefeituras municipais e universidades” (site –SA1).

“Sim, temos parceria com o governo, mas 90% dos nossos recursos são de fontes privadas” (Entrevista – EP1).

Apesar de a grande maioria contar com o apoio financeiro do Estado nos âmbitos municipal, estadual e/ou federal, este vínculo não foi fator de motivação inicial para criação da organização. Vejamos as análises por segmento de atuação.

Observa-se que dentre as oito OSFL de **assistência social**, apenas duas (AS5 e AS8) não sinalizam vínculo com o Estado. Embora as demais tenham participado ou participem atualmente de editais do Estado para recebimentos de recursos, bem como atuam cooperativamente com o governo, apenas a AS7 é reconhecida como uma organização que se originou de fato em uma parceria direta com o Estado. Nesse caso, a entidade pertence a um grupo maior de sede no Rio de Janeiro, a qual foi fundada por um grupo de indivíduos preocupados com pessoas portadoras de deficiência. Na Paraíba, a sede desta instituição foi viabilizada por um deputado federal, conforme trecho a seguir:

“(...) o parlamentar garantiu recursos para entidades paraibanas que realizam trabalho junto às pessoas com deficiência, como a [AS7] em João Pessoa: ‘Sempre me dediquei a projetos ligados à rede que cuida das pessoas com deficiência, por isso mais uma vez garante emenda individual para atender a [AS7] de João Pessoa’” (Site - AS7).

Em relação ao segmento da Cultura, observou-se que uma das organizações (CT1) embora tenha começado informalmente em uma igreja, formalmente teve suas ações voltadas para a sociedade mediante parceria com município de João Pessoa, que os convidaram para a conscientização da cidadania em um determinado bairro, conforme informações existentes no site da ONG. Nesse caso, a origem vincula-se a Teoria da Interdependência.

No caso das organizações vinculadas a Defesa de Direitos LGBTs, quatro delas (DDL2, DDL3, DDL4 e DDL5) foram criadas por grupos de ativistas que inicialmente estavam ligados a ONG MEL (Movimento do Espírito Lilás), de abrangência nacional e estadual. Por conflitos internos acerca de orientações e ações sociais, posteriormente se dividiram, criando grupos próprios. Apesar dos dados evidenciarem forte dependência com recursos públicos, estes não aparentam retratar que o surgimento das referidas ONGs vincula-se diretamente a teoria da Interdependência. Uma delas inclusive afirma que:

“Apesar de ativa, atualmente estamos sem aporte financeiro. Vamos tentar concorrer em licitações, fazer parceiras com empresas e com o Estado” (Entrevista - DDL4).

No segmento de Saúde, metade das organizações deste segmento (SA2 e SA4) parece ter suas origens alinhadas com a Teoria da Interdependência. Tratam-se de hospitais de

referência, criados com objetivos de assistência social e de forte vínculo com políticos locais.

O site da SA2 apresenta várias informações e fotos do evento de inauguração da instituição, contando com a presença de prefeitos, governador da Paraíba na época, deputados, ministro da saúde e outras autoridades públicas. Seu estatuto social, no artigo 11, contempla a constituinte de formação dos rendimentos ordinários da Fundação, podendo receber recursos, dentre outros dos seus títulos e dívidas públicas como de subvenções do poder público.

Por fim, no que tange aos segmentos Defesa de Direitos da Mulher e de LGBT'S, do Desenvolvimento e Defesa de Direitos, Educação e Esporte, os dados não demonstram a origem das referidas organizações relacionadas a razões de parceria com o Estado.

Na análise contextual, algumas evidências surgem de informações acerca do município de João Pessoa, as quais favorecem os pressupostos da Teoria da Interdependência. Conforme Salamon e Anheier (1998), a relação entre os gastos sociais do estado e o tamanho do terceiro setor na localidade evidenciam que quanto maior é o campo de atuação social do governo (Estado de Bem-estar Social), maior será o setor sem fins lucrativos.

Embora não tenha ocorrido propriamente o Estado de Bem Estar no Brasil, o advindo da Constituição Federal de 1988 e os últimos governos petistas (por volta do período de 2003-2014) expandiram os gastos do governo com demandas sociais (CARVALHO, 2016), interferindo no terceiro setor no Brasil, e conseqüentemente, no estado da Paraíba.

Segundo IBGE (2014), com a Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro assumiu sua responsabilidade diante da sociedade, reconhecendo os direitos de todos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer e à segurança. Abrahão (2005) afirma que no período entre 1995 e 2002, os gastos em educação, por exemplo, pelas três esferas de governo, tiveram uma ampliação e ganho de importância, em termos relativos, quando saíram de 3,90% para 4,31% do PIB, apesar desses gastos serem abaixo da maioria dos países da OCDE e dos principais países da América Latina. Garschagen (IPEA, 2007) também reconhece que, os gastos sociais federais aumentaram em R\$11 bilhões entre 1995 e 2005, tendo a área da Assistência Social recebido maior ênfase.

Após 2002, os governos petistas propagavam seu papel de expansão das políticas e investimentos sociais. Segundo Afonso e Gobetti (2015), entre 2000 e 2014, a despesa do governo federal com benefícios sociais cresceu de 6,04% para 9,29% do PIB. Conforme os autores, o crescimento do gasto com esses benefícios associa-se a expansão dos programas de transferência de renda reunidos no programa Bolsa Família, a expansão do número de

beneficiários da rede de proteção social e da Previdência decorrente da formalização da economia e a regra de reajuste do salário mínimo, piso dos benefícios previdenciários e assistenciais, baseada na variação real do PIB de dois anos anteriores. Salienta-se, no entanto, que o governo posterior de Temer (2016 - atual), orientou-se para restrição e racionamento das políticas e gastos sociais, com a justificativa de ordenação econômica do país.

Na Paraíba, analisando as ideologias e parcerias partidárias, os governos de José Maranhão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (1995 - 2002; 2009 - 2010) e Ricardo Coutinho do Partido Socialista Brasileiro (2011- atual) também seguiram a tendência nacional, acompanhando expansão de políticas sociais. Braz (2009), em um estudo sobre a configuração do financiamento da assistência social no município de João Pessoa, verifica que entre 2005 e 2007 a esfera federal vem cumprindo as determinações do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no que tange a transferência de recursos fundo a fundo, ou seja, o co-financiamento do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), assim como a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) também está alocando recursos próprios no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Já em relação ao tamanho do terceiro setor, este parece se desenvolver no Brasil desde os anos 70, com ápice nos anos 90 (COELHO, 2000; CAVALCANTE; 2016). Segundo o IBGE (2004), entre o período de 1996 e 2010 o número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) cresceu 170,8%, de 107.332 para 290.692 entidades. Na Paraíba, em 2002 tinham 5.089 Fasfil e em 2010 passou para 5.628 entidades (IBGE, 2004; 2012). De 2002 a 2006 não houve crescimento na quantidade de Fasfil, mas entre 2006 e 2010 teve um crescimento de 13,2%, (maior que o crescimento a nível nacional de 8,8%).

Diante dos dados, a Teoria da Interdependência parece ter potencial explicativo para o surgimento das OSFL em João Pessoa, tanto pela constatação do crescimento do gasto social como um desenvolvimento do tamanho do terceiro setor na Paraíba.

Outra evidência que facilitou a relação entre o Estado e as organizações do terceiro setor no Brasil foi a criação da Lei 9.790/99, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências (BRASIL, 1999). De acordo com a lei, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público acessam a recursos públicos para a realização de projetos, por meio da celebração de “termo de parceria”. Conforme Peroni, Oliveira e Fernandes (1999), esta Lei é

um inovador instrumento contratual entre o primeiro e terceiro setor.

Conclui-se que, embora os resultados evidenciados na análise contextual aparentemente possibilite a parceria entre os dois setores, os resultados da análise individual apontam que apenas quatro delas demonstram ter surgido diretamente por motivos relacionados a esse vínculo com o Estado. Portanto, acredita-se que a forte parceria com o governo é um fator relacionado mais com a manutenção das referidas organizações do que como aspecto motivador para a criação das mesmas. Nesse sentido, os resultados alcançados alinham-se com os de Salomon e Anheier (1998), os quais revelam que a teoria da interdependência parece ser complementar e útil às outras teorias introduzidas aqui.

A partir dos resultados apresentados, observa-se que as várias teorias acabam por deter uma variedade de pressupostos que possam explicar o surgimento das ONGs. Percebe-se que em alguns segmentos de atuação, uma ou outra teoria parece melhor relacionada, mas com uma maior frequência da Teoria dos Bens Públicos (em cinco dos oito segmentos; em aproximadamente 62% das OSFL) e a dos Empreendedores Sociais (também em cinco dos oito segmentos, mas em aproximadamente 37% dos casos) na análise global. É válido salientar que tal resultado não invalida as demais teorias, que apoiam a explicação de algumas organizações do estudo e podem se concretizar em outros contextos que não o de João Pessoa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise individual efetuada, pôde-se observar que as organizações do setor da assistência social e Educação aparentam ter maior influência dos pressupostos da Teoria dos Bens Públicos e de Empreendedores Sociais, enquanto o setor da Cultura foi influenciada pela Teoria dos Bens Públicos e Teoria da Interdependência. O segmento de Defesa de Direitos da Mulher e LGBT originaram-se sob as bases da Teoria dos Bens Públicos e o setor da Saúde demonstrou como embasamento para o surgimento das entidades as teorias dos Empreendedores Sociais e da Interdependência. Os setores de Desenvolvimento de Defesa do Direito e Esporte, por sua vez, apresentaram como pressupostos para seus respectivos surgimentos a teoria dos Empreendedores Sociais.

Conforme o exposto, conclui-se que não há uma relação direta entre os tipos de teorias de existência do terceiro setor para com o segmento de atuação das entidades (com exceção para os segmentos de Defesa de Direitos da Mulher e LGBT). As mesmas variam

independente dos setores devido o perfil dos seus fundadores ou contexto.

Portanto, do total das organizações analisadas, a Teoria dos Bens Públicos parece influenciar o surgimento da maioria (62%), seguido da Teoria dos Empreendedores Sociais (37%) e da Teoria da Interdependência (14%). Este resultado ressalta o fato de que embora o Brasil e, conseqüentemente, a Paraíba, sejam marcados por uma cultura acomodadora, que esperam sempre a iniciativa por parte do Estado, nutrindo assim a estadania e o paternalismo de acordo com Norte (2009), Andrade, Castro e Pereira (2012), bem como Carvalho (2016), as origens de muitas das organizações pesquisadas mostra-nos um cenário otimista quanto à atuação da sociedade civil e a mudança desta realidade cultural herdada desde a colonização, ainda que este seja um processo desenvolvido lentamente, já que a Teoria da Interdependência foi a que menos influenciou o surgimento das OSFL pessoenses.

Diante análise contextual realizada, verificou-se que a Teoria dos Bens Públicos sustentada pela população com alto nível de heterogeneidade, apresentou-se relevante no contexto das origens das OSFL de João Pessoa. Em contrapartida, a Teoria da Interdependência também se demonstrou consistente uma vez que se apoia na afirmação de Salomon e Anheier (1998) de que quanto maior o gasto social, maior seria o terceiro setor na localidade. Além de confirmar essa relação, destaca-se que o Brasil dispõe de marco legal e leis que viabilizam a parceria entre o Estado e o Terceiro Setor, estimulando-o.

Com base nos resultados apresentados, pode-se assumir que a Teoria dos Bens Públicos é a principal resposta pelos quais se originam OSFL nesta localidade, entendendo-se que para o atendimento das especificações de uma demanda diversa, se faz necessário a mobilização da sociedade cívica. A Teoria do Empreendedorismo Social também se mostra relevante, retratando a importância das pessoas que sonham, engajam-se e mobilizam terceiros para dar origem a uma atividade que gere mudanças significativas para a sociedade.

Por fim, a Teoria da Interdependência, apesar de menos expressiva como explicação de origem do terceiro setor em João Pessoa, é concebida como pressuposto importante para manutenção das atividades pós-criação, onde o governo é tido como parceiro fundamental para a satisfação das demandas sociais solicitadas.

Como limitações do estudo evidencia-se a falta de atualização e de acesso a dados sobre as OSFL do terceiro setor, não apenas a nível local, mas regional e até mesmo nacional. O IBGE já contempla em suas publicações e análises dados referentes a organizações sem fins lucrativos, mas ainda de modo agregado. Identificar, por exemplo, quem seriam as OSFL de

João Pessoa, para poder analisá-las individualmente, demandou esforços extras. Outra limitação que merece ser destacada é que foram pesquisadas apenas organizações formais, as que emergem no iceberg desse setor no contexto paraibano. Parafraseando Fernandes (1994), grande parte das organizações estão submersas no oceano desse setor. Entretanto, pode-se assumir também que as organizações formais já foram, um dia, projetos sociais, que existiam na informalidade. Portanto, essa limitação é um estímulo para o prosseguimento dos estudos nesse contexto, conduzidos pelo grupo de pesquisa responsável por ele (não será feito o destaque do nome do grupo nessa versão, mas se aceito, o nome do grupo será inserido).

Dentre os achados da pesquisa, destaca-se ainda que, embora a Teoria dos Empreendedores Sociais defenda em suas bases o surgimento destes atores advindos da competição religiosa, verificou-se a presença de oportunidades de empreendedorismo social inerente à fonte distinta, emergida no campo acadêmico. Da concorrência existente entre acadêmicos para viabilizar pesquisas financiadas pelo governo, pode emergir o engajamento de alunos (e potenciais empreendedores sociais), assim como externaliza a possibilidade de colaboração com o Estado e desta relação emergir futuras OSFL derivadas da continuação dos projetos de pesquisa e extensão.

Por fim, se faz pertinente enfatizar que, embora os principais achados desta pesquisa apontem para as Teoria dos Bens Públicos e dos Empreendedores Sociais como as teorias com maior poder de explicação do surgimento das OSFL pesquisadas em João Pessoa- PB, percebeu-se a incompletude das mesmas quando tratadas individualmente, pois nenhuma das teorias analisadas apresentou a capacidade de poder de explicação absoluto. Portanto, se reconhece que tratando-se das Ciências Sociais em cada contexto o terceiro setor surge com características próprias, influenciada e motivada por fatores diferentes, não seguindo uma explicação universal.

NOTAS

¹ Nesse caso exclui-se congregações, sinagogas, mesquitas e igrejas, mas deixa as organizações ligadas à Igreja e associações religiosas que executam ações de impacto social dentro do universo de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Abrahão, J. (2005). Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina. *Educação & Sociedade*, Vol. XXVI, nº. 92: 841-58.
- Afonso, J. R. R; Gobetti, S. W. (2015) Impactos das reformas tributárias e dos gastos públicos sobre o crescimento e os investimentos: o caso do Brasil. Santiago/Chile: Nações Unidas.
- Almeida, Vasco (2010) Governança, instituições e terceiro sector: as instituições particulares de solidariedade social. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13315/1/Tese%20Vasco%20Almeida.pdf>> Acesso em: Mar. 2017.
- _____. (2011) “Estado, mercado e terceiro setor: A redefinição das regras do jogo”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 95: 85-104.
- Alves, M. A. (2002). Terceiro Setor: o dialogismo polêmico (Doctoral dissertation).
- Andrade, D. M; Castro, C. L. de C; Pereira, J. R. (2012). Cidadania ou "estadania" na gestão pública brasileira?. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 177-190. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000100009>. Acesso em Março/2017.
- Anheier, H. K (2005) Nonprofit Organizations: theory, management, policy. London: Routledge.
- Avritzer, L. (2010). Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, L. Experiências nacionais de participação social. Belo Horizonte: Cortez.
- Bem-ner, A., & Van Hoomissen, T. (1991). Nonprofit organizations in the mixed economy. *Annals of public and cooperative economics*, 62(4), 519-550.
- Brasil. (1999). Presidência da República. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: Mai. 2017.
- Braz, M. C. S (2009) A Configuração do Financiamento da Assistência Social no Município de João Pessoa (PB) a partir da Implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). In: Jornada Internacional de Políticas públicas. Vol. 4. São Luiz. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/12_seguridade/a-configuracao-do-financiamento-da-assistencia-social-no.pdf>. Acesso em Jan. 2017.
- Carballal, L. B. (2009). O voluntariado: entre a cidadania e a ideologia. *Revista Katálysis*, 12(2), 235-240.
- Carvalho, J. M. (2016) Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cavalcante, C. E (2016) Motivação de Voluntários: teoria e prática. Curitiba: Appris Editora.
- Coelho, S. D. C. T. (2000). Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. Senac.
- Corbin, J. J. (1999). A study of factors influencing the growth of nonprofits in social services. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 28(3), 296-314.
- Dees, G. J. (1998) The meaning of “social entrepreneurship. Disponível em: <<https://entrepreneurship.duke.edu/news-item/the-meaning-of-social-entrepreneurship/>>.

Acesso em: 18 ago. 2017.

Fernandes, R. C. (1994) Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Ferreira, S. (2012). Observando a indecidibilidade da participação do terceiro setor na governação em rede. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (97), 107-132.

Flick, U. (2009). Pesquisa qualitativa e quantitativa. *Introdução à Pesquisa Qualitativa. Tradução Costa, JE 3ed. Porto Alegre: Artmed*, 39-49.

Flora, P., & Heidenheimer, A. J. (Eds.). (1981). The development of welfare states in Europe and America. Transaction Publishers.

Hansmann, H. B. (1980). The role of nonprofit enterprise. *The Yale law journal*, 89(5), 835-901.

Henry, G. T. (2009). When getting it right matters: The case for high-quality policy and program impact evaluations. What counts as credible evidence in applied research and evaluation practice, 32-50.

Hustinx, A. P. L., Von Essen, J.; Haers, J., & Mels, S. (2015). Religion and volunteering. Springer International Publishing.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004) As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil - 2002. Rio de Janeiro: IBGE..

_____ (2010) CENSO 2010. Disponível em:

<www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/> Acesso em: dez. 2016.

_____ (2012) As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil - 2010. Rio de Janeiro: IBGE.

_____ (2014) As Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos no Brasil - 2013. Rio de Janeiro: IBGE.

_____ (2017). Cidades. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2507507>>. Acesso em: Jan. 2017.

IPEA/Garschagen, Sérgio (2007) Programas sociais: a trajetória dos gastos governamentais. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2221:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: jan.2017.

_____/ Lopez, Felix Garcia (Org). (2018). Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil. Brasília : Ipea.

James, E (1987). The nonprofit sector in comparative perspective. In: POWELL, Walter (org). *The Nonprofit Sector. a research handbook*. New Haven: Yale University Press..

_____ (1989) The Private Provision of Public Services: A Comparison of Sweden and Holland, in Estelle James (ed.), *The Nonprofit Sector in International Perspective: Studies in Comparative Culture and Policy*. Oxford: Oxford University Press.

Lecy, J. D., & Van Slyke, D. M. (2013). Nonprofit sector growth and density: Testing theories of government support. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 23(1), 189-214.

Mair, J., & Marti, I. (2006). Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. *Journal of world business*, Vol. 41, nº1: 36-44.

MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (1995). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República.

Mattar, F. N., Oliveira, B., & Motta, S. (2014). *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise*(Vol. 7). Elsevier Brasil.

Matsunaga, Yoshiho; Yamauchi, Naoto; Okuyama, Naoko (2010).VOLUNTAS. International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations. Vol. 21 nº 2: 180-201.

Melo Neto, F. P. (2002). Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável. Qualitymark Editora Ltda.

Miller, T. L., Grimes, M. G., McMullen, J. S., & Vogus, T. J. (2012). Venturing for others with heart and head: How compassion encourages social entrepreneurship. *Academy of management review*, 37(4), 616-640.

Milligan, C., Fyfe, N. R. (2005). Preserving space for volunteers: exploring the links between voluntary welfare organisations, volunteering and citizenship. *Urban Studies*, 42(3), 417-433.

Monteiro, S., & Maio, M. C. (2005). Etnicidade, raça e saúde no Brasil: questões e desafios. *Críticas e atuantes: ciências sociais e saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 473-485.

Montaño, C. (2002). Terceiro Setor e questão social. *Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo, Cortez.

Musick, M. A., & Wilson, J. (2008). *Volunteers: A Social Profile*. Indiana.

Norte, S. A. Q (2009)Da “Estadania” à Cidadania. Disponível em:<
http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/1/conf_cd/da.pdf>. Acesso em: Maio/2017.

Paula, A. P. P. (1997). Um estudo de caso da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais: construindo uma nova gestão pública em espaços públicos alternativos. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, Angra dos Reis, RJ, Brasil, 21.

Peci, Alketa; Figale, Juliana ; Oliveira, F. G. ; Andrade, A. B. ; Souza, C. A. N.. (2008) Oscips e termos de parceria com a sociedade civil: um olhar sobre o modelo de gestão por resultados do governo de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, v. 42, p. 1137-1162.

Pereira, P. P. G (2014) Os fantasmas da nação. *Cadernos Pagu*, nº. 42, p. 513-521. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000100513>. Acesso em dez 2016.

Peroni, V. M. V., Oliveira, R. T. C. D., & Fernandes, M. D. E. (2009). Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. *Educação & Sociedade*, 30(108), 761-778.

Piana, MC (2009). A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Editora UNESP.

Quadagno, J. (1987). Theories of the Welfare State. *Annual Review of Sociology*. 13. p.109-128.

Quadros, W. J. D., & Maia, A. G. (2010). Socio-occupational structure in Brazil. *Revista de Economia Contemporânea*, 14(3), 443-468.

- Rose-Ackerman, S. (Ed.). (1986). *The economics of non profit institutions: Studies in structure and policy*. Oxford University Press, USA.
- _____. (1996). Altruism, nonprofits, and economic theory. *Journal of economic literature*, 34(2), 701-728.
- Salamon, L. M. (1995). *Partners in public service: Government-nonprofit relations in the modern welfare state*. JHU Press.
- Salomon, L. M. & Anheier, H. K. (1998). Social origins of civil society: Explaining the nonprofit sector cross-nationally. *Voluntas: International journal of voluntary and nonprofit organizations*, 9(3), 213-248.
- Schwarcz, L. M. (1994). Espetáculo da miscigenação. *Estudos avançados*, 8(20), 137-152.
- Smith, D. H., Stebbins, R. A., & Grotz, J. (Eds.). (2017). *The Palgrave Handbook of Volunteering, Civic Participation, and Nonprofit Associations*. Springer.
- Vainer, C.(2000). Controle político dos miseráveis ou utopia experimental? *Revista Unitrabalho Informa*, Ano 3 (10), 1-2.
- Weisbrod, B. A. (Ed.). (1977). *The voluntary nonprofit sector: An economic analysis*. Lexington Books.
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Penso Editora.
- Young, D. (1986). Entrepreneurship and the Behaviour of Nonprofit Organizations: elements of a Theory. En Susan Rose-Ackerman (ed.). *The economics of nonprofit organizations: Studies in structure and policy*, Nova Iorque: Oxford University Press, 161- 184.
- _____. (2000). Alternative models of government-nonprofit sector relations: Theoretical and international perspectives. *Nonprofit and voluntary sector quarterly*, 29(1), 149-172.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Caracterize seu Público-Alvo?
- 2) Como se caracteriza seu produto (bem/serviço)?
- 3) Quem é o fundador? Trace um perfil (ver se foi competição religiosa)
- 4) Qual a fonte de recursos (público x privado)?
- 5) Existe algum tipo de parceria com o governo do estado?